



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO JOSE DO CAMPESTRE/RN

Processo: 0800355-79.2018.8.20.5153

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE EZEQUIEL FELIX MATIAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar

IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO

pelos termos que passar a expor.

DA TEMPESTIVIDADE

Cumpre esclarecer que a intimação para pagamento nos termos do artigo 523, CPC ocorreu em 24/07/2023. Considerando que o prazo para impugnação só inicia após os quinze dias úteis para pagamento, trata-se de impugnação espontânea, portanto tempestiva nos termos do art. 218, §4º, CPC.

DA PRECLUSÃO DO PEDIDO E DO PAGAMENTO REALIZADO CORRETAMENTE

Inicialmente é de suma importância destacar que, após o pagamento realizado, as partes foram devidamente intimadas para requerer o que entender de direito, ID [97722561 - Despacho](#) vejamos:

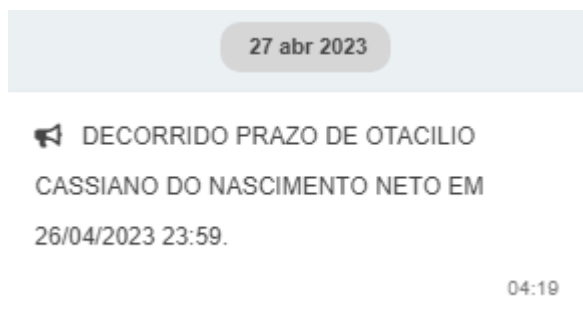
DESPACHO

Intimem-se as partes para dizerem se têm algo a requerer em até 15 dias.

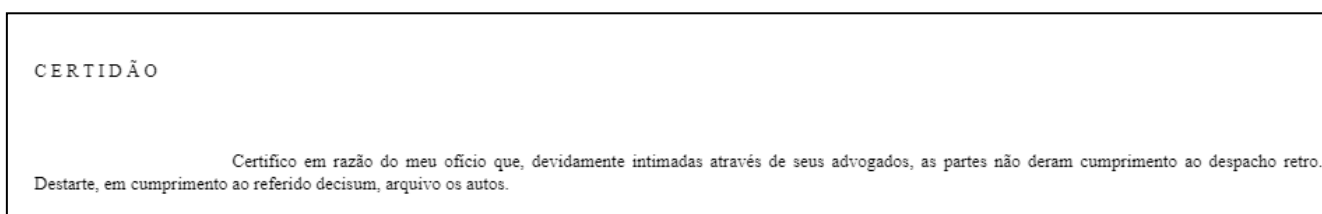
Transcorrido o prazo sem manifestação das partes, arquivem-se os autos.

Despacho com força de mandado, nos termos do art. 121-A do Código de Normas da CGJ/RN.

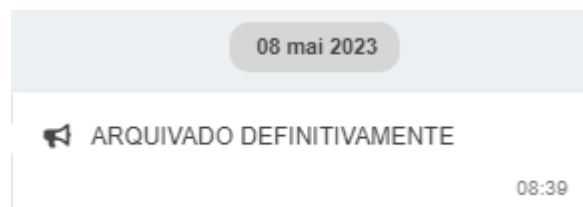
Decurso de prazo devidamente certificado:



Certidão proferida ratificando a ausência de manifestação, ID 99748331 - Certidão



Processo arquivado em 08/05/2023:



Por óbvio, tendo em vista que não houve manifestação, **a petição protocolizada apenas em 28/06/2023 está claramente preclusa**, ou seja, quando os prazos estabelecidos não são respeitados, implica na perda da faculdade de praticar o ato processual cabível. Neste sentido tem-se a previsão do art. 223, CPC:

Art. 223. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.

Mesmo sendo devidamente intimada para se manifestar, a parte exequente **quedou-se inerte**, não fazendo qualquer ressalva ou apresentado impugnação acerca dos valores depositados para satisfação da obrigação, portanto **configurada a anuência tácita** ao pagamento. Diante do exposto, em que pese a irresignação do patrono da exequente, compulsando os autos, percebe-se claramente que restou precluso o direito de apresentar saldo, sob a justificativa de que a quantia paga não foi feita corretamente.

Neste sentido, tem-se o entendimento jurisprudencial:

EMENTA

RECURSO INOMINADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DA AÇÃO POR QUITAÇÃO DO DÉBITO. PARTE CREDORA QUE **INTIMADA PESSOALMENTE PARA SE MANIFESTAR** ACERCA DA QUITAÇÃO, SOB PENA DE CONCORDÂNCIA COM O A SATISFAÇÃO DA EXECUÇÃO, **QUEDOU-SE INERTE**. ALEGAÇÃO POSTERIOR DE SALDO REMANESCENTE. **PRECLUSÃO**. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Recurso Inominado 202101002760, TJ/SE

(grifos nossos)

Embora o pedido esteja precluso, é de suma importância destacar que o pagamento dos honorários foi feito nos moldes do acórdão favorável proferido em que **ficou reconhecida a SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA** e a ré responsável apenas por 20% do pagamento dos honorários, ou seja, 20% de 10% representa 2%, conforme o pagamento efetivado. De forma alguma pode valer o pleito da exequente de postular por 10% do valor da causa conforme fixado em sentença, pois **a sentença foi MODIFICADA PELO ACÓRDÃO**, em que ficou expressamente reconhecida a sucumbência recíproca.

Além disso, necessário reforçar que **NÃO HOUVE nenhuma compensação**, pois compensação seria se não tivesse sido efetuado pagamento. Mas, **o pagamento foi efetuado!!!** Fixar a sucumbência recíproca com os percentuais devidos por cada uma das partes significa que eles devem ser devidamente aplicados ou então o êxito no acórdão não teria nenhum valor caso o pedido da exequente tivesse algum respaldo legal. Não há como pleitear o valor fixado em sentença, como pretende erroneamente a exequente, tendo em vista o **êxito no acórdão e a aplicação da sucumbência recíproca** foi corretamente realizada. A ré ficou responsável por 20% do pagamento, ou seja, 20% de 10% = 2%, valor este que foi devidamente quitado.

Desse modo, pretende o recorrente a rediscussão de matéria superada, devendo ser reconhecida a preclusão do pedido para extinguir os autos nos termos do art. 924, II, CPC, ante o pagamento do débito e ausência de impugnação do credor.

DOS PEDIDOS

Diante de todas as evidências cabalmente comprovadas na presente impugnação, requer seja **provida para reconhecer a preclusão do pedido e extinguir os autos nos termos do art. 924, II, CPC.**

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SAO JOSE DO CAMPESTRE, 31 de julho de 2023.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
OAB/RN 5432